



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE SETUBAL

Realizada em 07 de junho de 2017

N.º 11/2017

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e oito minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Luís Filipe Alexandre Rodrigues, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, Manuel Joaquim Pisco Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Miguel Catarino José e Fernando Jorge de Oliveira Paulino.

Faltou a Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, por se encontrar ausente em representação do Município, conforme Despacho N.º 125/2017 constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 2.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes, no âmbito da Divisão de Atividades Económicas e Serviços Urbanos do Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vice-Presidente – Informo que a Sra. Presidente está na ONU, na Conferência dos Oceanos, enquanto presidente do Clube das Mais Belas Baías do Mundo.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Tenho algumas questões de que gostaria de falar, mas são mais em jeito de reflexão do que estar a questionar. No fim do mês de maio a Câmara aprovou um protocolo com a APSS e com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente no sentido de poder intervir e ter maior competência numa determinada zona do território. O protocolo foi aprovado aqui por unanimidade e faz todo o sentido pois é extremamente importante para o desenvolvimento daquelas áreas do concelho. No entanto, há questões que gostaria de realçar depois de ter lido uma notícia num órgão de comunicação local onde se falou dos vários tipos de intervenções que se pretende fazer nos próximos tempos. Uma é pela positiva e é um alerta a outra é uma questão que na opinião da bancada do PS devia ser repensada.

O primeiro tem a ver com a construção do passadiço marítimo para a ligação do Parque Urbano à Praia de Albarquel. Consideramos uma obra fundamental e que tem mais de 20 anos, já vem da SetúbalPolis e nunca chegou a ser concretizado. Esperamos que esta intervenção efetivamente possa ser realizada, porque vai fazer com que a cidade tenha uma verdadeira praia urbana. Existe um potencial enorme que esta praia pode trazer para o turismo e lazer, é uma janela de oportunidade. Achamos muito importante que esta obra seja feita, no entanto, e porque estamos a falar de acessibilidades, não posso deixar de realçar que nos últimos anos, desde que foi feito o Parque Urbano de Albarquel e as obras na Praia da Saúde, há ali uma extensão de cerca de 100 metros onde a acessibilidade não existe. Da Praia da Saúde para Albarquel as pessoas têm de partilhar a estrada com os automóveis, há ali um constrangimento. Este projeto é muito importante, mas também tem de se agarrar rapidamente naquele hiato que não faz sentido. A Câmara devia dar resposta no mais curto espaço de tempo e fazer um projeto.

Outro assunto tem a ver com a Praia da Figueirinha, com a beneficiação do esporão e a transformação do mesmo em passeio pedonal e em zonas de estadia no espaço marginal já pavimentado. Não estou a ver bem o que se pretende, mas sei de antemão que um pontão na Figueirinha é uma estrutura muito dinâmica e que se mexe ao longo do tempo. Isto numa altura em que temos de ser bastante seletivos com o investimento, porque o dinheiro é escasso e não sei se não era mais interessante deixar o pontão com um tratamento mais ligeiro e intervir naquela enorme extensão de areal. Será que faz sentido investir numa infraestrutura que no futuro pode dar problemas e chatices? A introdução de melhorias na Praia da Figueirinha é fundamental, mas não sei se o pontão é a melhor solução.

Por último, já que com os outros assuntos que li concordo, há um que tem de ser repensado e tem a ver com rampa de acesso utilizadas pela náutica de recreio na Praia da Gávea. Quem está ligado a estas atividades sabe que estes tipos de estruturas de rampas são muito escassos em Setúbal. Neste momento só temos uma, no Clube Naval Setubalense, e com problemas pois está assoreado. Penso que a APSS também vai intervir brevemente nesse sentido, mas não existem soluções. A notícia de haver um reforço neste tipo de infraestruturas é positiva, mas o local é completamente errado. A Gávea por algum motivo deixou de ser utilizada, o acesso a esta praia é complicadíssimo tem curvas e contracurvas numa estrada estreita e por onde passam muitos camiões. No próprio espaço não há espaço para manobrar e se estiver um barco ou dois para entrar na água e depois mais 10 à espera não há espaço para manobrar reboques e atrelados e nem para os parquear. Depois aquilo é muito espraído e quem entra com um carro e um barco tem de o fazer numa extensão muito longa, o que também não é a melhor solução e que seria fazer como se fez durante muitos anos, de forma muito *ad hoc*, na antiga rampa da fábrica das Baleias, na Estrada da Mitrena, ali um pouco antes da SAPEC. Chegou a ser feito aí e de uma forma pouco profissional, mas havia um recinto vedado onde as pessoas podiam deixar lá os atrelados pois tinha espaço de manobra amplo. A Câmara devia apostar num equipamento destes, porque faz muita falta a

Setúbal um acesso à náutica, mas a localização devia ser repensada, porque a Gávea seguramente não tem as melhores condições.

Tive uma reunião com a Associação de Operadores Marítimo-Turísticos da Costa Azul de Setúbal. São pequenos empresários que têm barcos para alugar para passeios, festas, etc.. Falámos um pouco do setor do Turismo e uma das coisas que me disseram é que tiveram uma reunião com o Sr. Assessor da Sra. Presidente, onde levantaram algumas questões, e que estavam disponíveis para ter algum envolvimento ao nível da comunicação e divulgação das suas atividades, entre outros assuntos. Desde então nunca mais houve nenhum *feedback*, pelo menos ficaram à espera desde 15 de março e ainda não tiveram resposta. Era interessante, porque esta associação deve estar envolvida naquilo que todos queremos para o futuro e que é o Turismo, o rio e o mar. Deveriam entrar em contacto e ver o que é que necessitam realmente e tentar dar a resposta possível para os seus anseios.

Sr. Vereador Pedro Pina – Embora estejamos ainda a 15 dias da prova internacional de águas abertas, que como é sabido tem lugar desde há alguns anos em Setúbal. Dou nota da prova que se realiza no dia 24, sábado, no Parque Urbano de Albarquel. Também até pela circunstância do *press release* que a Federação Portuguesa de Natação, bem como a Federação Internacional de Natação deram. Muito em breve vamos ter a oportunidade de acolher nas águas do Rio Sado o campeão e o vice-campeão olímpico, bem como a campeã olímpica feminina de natação em águas abertas. Reforço este alerta, porque não é todos os dias ou meses que se concretizam provas no País com detentores de um título olímpico, o que confirma que Setúbal é efetivamente uma marca nesta prova, mas acima de tudo na confiança que os atletas, organizações e seleções depositam. São mais de 90 atletas de todo o mundo que estarão no dia 24 na cidade de Setúbal a competir por esta medalha. São vinte seleções, pelo que não podia deixar de dar esta nota e convidar todos a participar no evento. Aproveito a oportunidade, porque creio que é imperativo de quem tem de exercer as funções neste executivo pois quando algumas informações são publicadas, nomeadamente na imprensa local e em respeito pelo trabalho que os autarcas fazem, mas não só estes, que tenham a capacidade de dar conta da não-verdade das notícias. Tivemos na semana passada uma primeira página de um jornal local que tinha um título preocupante: *“Setúbal tem a maior taxa de insucesso escolar do país no primeiro ciclo”*. Trago isto, porque a ninguém com responsabilidades executivas e no âmbito das maiores responsabilidades no interesse das crianças pode ter ficado indiferente a esta notícia que a todos certamente preocupou e terá suscitado interesse. A mim suscitou, dadas as minhas responsabilidades na área da educação, e fiquei preocupado com a notícia. Como se exige a todos, rigor nas informações e na leitura que devemos ter, queria dar conta e a título de exemplo que na Área Metropolitana de Lisboa são vários os municípios concelhios cuja taxa de insucesso é substancialmente superior à de Setúbal. Tivemos ainda cuidado, porque a notícia incorre num conjunto de falta de rigor. Em primeiro lugar atribui à Escola da Azeda o número dois, mas não é assim, diz que o número de alunos a frequentar o primeiro ciclo em 2014/2015 é 5.904, quando afinal é 4.609. Depois há uma confusão de conceitos entre reprovação, retenção, chumbo, insucesso, e mistura-se escolas públicas e privadas. Fala-se ainda em segundo ano/segunda classe, ou terceiro ano/terceira classe, mas o que fica é o que as pessoas mais leem, que *“Setúbal tem a maior taxa de insucesso escolar do país no primeiro ciclo”*. Importa dizer ainda que as taxas de retenção, nomeadamente no segundo ano têm características relacionadas com a retenção que é possível e é onde há a maior taxa de prevalência, porque é também neste ano que do ponto de vista formal essa possibilidade existe. Com a minha intervenção queria deixar claro, em nome do extraordinário trabalho que os agrupamentos de escolas com os seus professores, pessoal docente, coordenadores de escola, e naturalmente a Câmara Municipal, na relação estreita que tem com a comunidade educativa, que não poderia deixar passar em branco uma notícia como esta. Em primeiro lugar não corresponde à verdade e em segundo tem um conjunto de inverdades que se exige que sejam descritas sendo que isto não é para nos deixar confortáveis. Continuamos a trabalhar em estreita relação com as escolas, mas não podemos permitir que um título de primeira página de um jornal seja uma

inverdade que põe em causa o trabalho dos profissionais, das escolas e da Câmara, e que acima de tudo não corresponde à verdade.

Sr. Vice-Presidente – De facto a Prova Internacional em Águas Abertas promove este município já há bastantes anos e desde a primeira vez que cá se realizou nunca mais a organização quis deixar Setúbal. Por alguma razão isto é assim! É importante que todos, tenhamos consciência da importância de continuar a manter as condições para que a prova se realize e tenha a projeção a nível nacional e internacional que tem tido. Para isso tem contribuído muita gente, designadamente eleitos e técnicos da Câmara bem como as entidades do poder central ligadas a isto.

Relativamente à questão do nível de insucesso escolar é lamentável que em determinados períodos, infelizmente, que alguns órgãos de comunicação social deixem passar nas suas páginas algumas notícias que são profundamente de lamentar. Para além do que se referiu sobre o pretense insucesso escolar em Setúbal, sendo o maior do País, ainda há cerca de três semanas saiu outra notícia especulando sobre uma notícia numa revista da especialidade que ia trazer um estudo sobre a qualidade de vida dos setubalenses e que seria uma desgraça completa. Tomámos a iniciativa de contactar a revista e foi desmentida a informação. O próprio jornal que publicou a notícia já fez o desmentido. Todos devemos estar atentos a estas questões, porque há quem se dedique a este tipo de especulação e que não é nada positiva para o município, já parece o tempo em que os telejornais abriam com notícias sobre a Bela Vista. Felizmente que isto já não acontece, mas agora aparecem notícias um pouco no mesmo sentido. Todos temos de contribuir um pouco para que estas situações sejam cada vez mais criticadas e denunciadas.

Quanto ao Sr. Vereador Paulo Lopes, referiu e ainda bem, alguns exemplos destacados, de entre muitos outros, de intervenções que já estão identificadas na Costa da Arrábida. São estas iniciativa e muitas outras que foram divulgadas e selecionadas dentro de um conjunto. Estão identificadas dentro do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Arrábida pelas várias entidades que têm responsabilidades nesta matéria, no que diz respeito aos planos de praia, e existe um grupo de trabalho já constituído que é interdisciplinar e onde estão incluídos a Administração Portuária e a Agência Portuguesa do Ambiente com a Câmara Municipal, onde estas questões vão sendo discutidas e aprofundadas. Como o Sr. Vereador disse isto é um conjunto de questões que estão identificadas e que ao longo deste tempo vão ser priorizadas, é a Câmara que vai fazer essa priorização e essas intervenções serão feitas de acordo com o plano de ordenamento e os planos de praia, tal como não podia deixar de ser. Isto são opiniões que o Sr. Vereador aqui trouxe e às quais será dada a devida atenção, assim como acontece com todas as pessoas que participam e têm opinião sobre estas matérias. A propósito disto o Sr. Vereador disse que se reuniu com gente da parte marítimo-turística. Retive a informação que deu e transmitirei à Sra. Presidente pois é quem tem o pelouro, mas também quero dizer que a reunião que houve com o Sr. Assessor da Sra. Presidente teve sequência no quadro daquilo que foram as questões colocadas na reunião. Isso há de estar a ter consequência, designadamente na administração portuária e nos responsáveis do turismo municipal. Fica registado o que o Sr. Vereador Paulo Lopes disse.

Há mais duas questões que quero colocar neste período. Uma é conhecida de todos e é sobre a construção do viaduto da Estrada Nacional 10-8, que faz a ligação das Praias do Sado à Mitrena e que como sabem durante muitos anos não foi construído por razões ambientais. Quando se fizeram os estudos e se minimizaram os efeitos ambientais foi construído esse troço, mas com esta construção as Praias do Sado deixaram de ter uma ligação muito importante, à EN 10-8. Nessa altura e como todos sabem houve grande contestação, em particular da população das Praias do Sado. Em determinada altura as Estradas de Portugal, que era assim que se denominava naquele tempo, em 2007/2008, teve um administrador que se comprometeu numa reunião com a Câmara, com a junta de freguesia e com a população, naturalmente orientado pelo governo de então, para desenvolver um projeto de estrada alternativo para se fazer a ligação entre a Estrada de

Santas e as Praias do Sado. A Câmara foi convidada para se envolver nesse processo e acompanhámos o desenvolvimento de um projeto de execução para a via que liga a Estrada de Santas à das Praias do Sado. Acompanhámos ao nível técnico e político esse projeto até que se chegou a um projeto de execução. A partir de 2009 foi realizado o projeto pela Estradas de Portugal e verificou-se que não foi dado andamento à obra, tal como estava prometido. Naturalmente que a Câmara insistiu junto da Estradas de Portugal para saber quando é que se concluíra aquilo e em 2014 recebemos uma carta em que dizia que a estrada a ser construída não se enquadrava no Plano Rodoviário Nacional. Portanto não era para eles uma prioridade, mas sim as estradas incluídas no Plano de Ordenamento Nacional. Por razões financeiras isto não era uma prioridade, mas naturalmente que a Câmara e a junta de freguesia têm mantido a pressão para que seja cumprido o compromisso que houve com aquela população e porque todos sabemos que a população de Praias do Sado fica “paredes-meias” com uma zona de grande risco, a Península da Mitrena. Esta ligação mais direta a uma estrada nacional é fundamental para em situação de risco haver uma solução mais eficaz, mas também porque no dia-a-dia a população precisa daquela ligação. Acontece que através do Grupo Parlamentar do PCP foi feita uma pergunta ao governo há dois meses atrás a questionar sobre as razões, porque a estrada prometida ainda não estava construída. Do Ministério do Planeamento e Infraestruturas veio uma carta a dizer que a estrada ainda não estava concluída, porque a Câmara e o Instituto Politécnico não tinham dado cumprimento aos compromissos que tinham estabelecido com a Estradas de Portugal. Essa foi a resposta ao requerimento feito pelo Grupo Parlamentar do PCP e ao termos conhecimento disso informámos este grupo parlamentar do que se tinha passado. O Grupo Parlamentar do PCP voltou a questionar o governo transmitindo a informação dada pela Câmara Municipal. O gabinete do Sr. Ministro respondeu que não havia mais a dizer sobre o assunto e que mantinham as informações que tinham dado na primeira resposta. Quero que fique bem claro para todos aquilo que aconteceu e também aquilo que a Câmara vai fazer em relação a esta matéria. Em primeiro lugar a Câmara foi convidada a acompanhar o projeto, envolvendo a junta de freguesia e fazendo uma ligação com a população de Praias do Sado. Tanto assim é que quando o estudo prévio do projeto foi elaborado a Câmara reuniu com a junta e com a população para o apresentar. Foram feitas algumas propostas de alteração e foi chamado à atenção alguns aspetos antes da realização do projeto de execução. Nas várias reuniões que houve, enquanto estava a ser desenvolvido o projeto de execução, a Câmara foi questionada sobre de que forma podia ajudar neste investimento para a construção da estrada. A Câmara comprometeu-se a fazer realojamentos de pessoas que no traçado da via pudessem ficar afetadas, também por causa das demolições, pelo que há um compromisso. Ao longo do traçado apenas havia uma casa de que tínhamos informação que era habitada e que fica na Estrada de Santas, quando se vira para o Politécnico. Contactámos os proprietários e fomos informados que a pessoa que estava lá a viver, entretanto por razões de idade já tinha sido retirada e, portanto, a casa já não estava habitada e a Câmara desenvolveu aquilo a que nos tínhamos comprometido. A Câmara identificou todos os proprietários dos terrenos onde passava o traçado e deu essa informação à Estradas de Portugal. Por outro lado, fomos também pedir ajuda aos responsáveis da Estradas de Portugal que participaram nas reuniões, porque o Politécnico tinha levantado questões referentes à vedação, já que uma parte do traçado passa por ali, e teve exigências em relação a isto. Foi pedida ajuda e reuni com o Sr. Presidente do Politécnico de então, onde estava o vice-presidente e que agora é o atual presidente, e onde se disse que nunca seria por causa do Politécnico que não se construiria a estrada. Transmitimos isto aos responsáveis da Estradas de Portugal no sentido de falarem com a administração do Politécnico, porque esta questão seria fácil de ser ultrapassada. Foram estes os compromissos e as responsabilidades que a Câmara assumiu. Desde logo e naquela altura transmitimos que não seria possível à Câmara assumir qualquer responsabilidade neste processo, primeiro porque é um compromisso de uma alternativa a uma estrada nacional e depois, porque as finanças do Município não permitiam assumir qualquer responsabilidade de investimento. Esta história está documentada e está num processo que aqui está e que os Srs. Vereadores poderão consultar. Também contém um

estudo sobre as expropriações, onde estão identificados pela Câmara, todos os proprietários. Também foi dito à Estradas de Portugal que os terrenos do Politécnico, por onde passa a maior parte da estrada, são terrenos que ainda estão no IHRU, um organismo da administração central, e que seria fácil à Estradas de Portugal, numa relação com o IHRU, resolver esta questão. Até transmitimos à Estradas de Portugal quais os técnicos que conhecemos do IHRU e com quem podiam falar, que tratam destas questões do património do Estado do IHRU. Estes são os factos. Naturalmente que vamos insistir com o Sr. Ministro do Planeamento e com a Estradas de Portugal para que seja clarificada esta situação. A Câmara mantém a exigência de que seja cumprida e executada a via que foi comprometida com a população e com as autarquias do concelho, numa alternativa à EN 10-8, por um lado, e por outro que a Câmara mantém toda a disponibilidade para colaborar com as Infraestruturas de Portugal, pois é este o nome atual, e para quando for necessária a intervenção da Câmara para resolver este problema, mantendo a nossa posição de que não há e não pode haver compromisso financeiro para este investimento. É lamentável que depois do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, saber da informação que foi transmitida através do Grupo Parlamentar do PCP com uma nova pergunta e com a resposta que a Câmara deu a este assunto, que o ministério tenha dito que mantém a mesma posição que tinha transmitido na primeira carta. É lamentável um departamento do Estado e um ministro ou quem o assessoria responda desta forma e quando é uma autarquia local a transmitir os factos. Pelo menos poderiam tentar dar alguns esclarecimentos, mas em vez disso limitaram-se a dar esta resposta, que naturalmente lamentamos. O compromisso com a Estradas de Portugal foi feito em 2008 e em 2009 um administrador escreveu uma carta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sado, que para além de outras questões dizia: "*Tendo em conta que o prazo de execução deste projeto da via é de cerca de 150 dias, será possível que o lançamento da empreitada possa ocorrer no primeiro trimestre de 2010*". Isto são factos, são cartas, para além de outras como a que referi de 2014 a dizer à Câmara que não havia prioridade nesta via e que com os constrangimentos financeiros não era possível dar inclusivamente um prazo para a realização da empreitada. Face a isto naturalmente que a Câmara atuará em conformidade denunciando estas situações e exigindo que seja reposta a verdade.

Como também todos sabem em 2014 iniciou-se uma auditoria aos serviços do Urbanismo, cujo relatório creio que já foi distribuído aos Srs. Vereadores na última reunião de câmara. Por outro lado, iniciou-se hoje uma auditoria aos serviços Financeiros e há de decorrer com a normalidade com que as outras têm decorrido, já que quando se acaba uma auditoria vamos sendo sujeitos a outra, mas é tudo gente simpática e fazem relatórios muito interessantes como certamente têm verificado. É importante dar esta informação aos Srs. Vereadores para que não venham tomar conhecimento disto por outras vias.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não me lembro de ter recebido nenhum documento sobre a auditoria. Posso estar enganado, mas era importante que fosse entregue assim que for possível.

Quanto à questão das estradas deixava que isso fosse resolvido dentro da "geringonça" e com certeza que no próximo Orçamento de Estado vamos tê-la, e já nos próximos meses.

Sr. Vice-Presidente – A informação que dei foi que o relatório foi distribuído, senão na última então antepenúltima e isso de acordo com os serviços. Foi distribuído aos Srs. Vereadores e foi enviada uma cópia para a Assembleia Municipal, como é normal.

Em relação à "geringonça", já como muitas vezes tem sido dito funciona, e ainda bem, os portugueses têm beneficiado pelo facto de funcionar, mas também e como bem sabe, os partidos que acompanham isto são muito críticos relativamente a muitas matérias que são públicas e quando não é dado o seguimento que as forças que apoiam o governo do PS querem. Neste caso não se trata de não estar de acordo, mas de repor a verdade dos factos, é mais grave que tudo isso e é por isso que achei por bem trazer ao conhecimento dos Srs. Vereadores uma situação que é lamentável, que entidades públicas e ao mais alto nível

da administração procedam desta forma e não tenham qualquer pejo em escrever preto no branco sobre uma outra entidade pública que merece todo o respeito, enquanto não for desmentida. Temos as provas para demonstrar como as coisas são, é por isso que acho grave e não tem nada a ver com a geringonça. Boa sorte à geringonça e em nome dos cidadãos portugueses.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Vou apenas contar um caso de quando eu era ainda deputado, tal como o Sr. Vice-Presidente também já foi, e que é relacionado com a Estradas de Portugal. Vi uma coisa que estava errada, um pomenor, na Autoestrada A2 e fiz um requerimento sobre essa matéria. Disse o que estava mal e como é que devia ser feito. Estranhamente recebi uma resposta a dizer que estava tudo bem. Mais estranho ainda é que passados 3 ou 4 dias depois de ter recebido a resposta vejo na A2 estarem a fazer a obra que eu disse que devia ser feita. Isto ficou-me na memória para sempre.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 6.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 24 de maio de 2017.**
 - 2. Deliberação n.º 195/17 – Proposta n.º 13/2017 – GAP – Empreitada “Requalificação Urbana do Bairro dos Pescadores e Grito do Povo” – Ratificação de Despacho – Caducidade da Adjudicação – Abertura de Concurso Público Urgente.**
 - 3. Deliberação n.º 196/17 – Proposta n.º 14/2017 – GAP – Protocolo com a Coral Europa para a realização de segunda temporada da série televisiva intitulada “Inspetor Max”.**
 - 4. Deliberação n.º 197/17 – Proposta n.º 15/2017 – GAP – Ratificação do Acordo de Parceria “Rede de Cidades”.**
 - 5. Deliberação n.º 198/17 – Proposta n.º 45/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidatura “Substituição de veículos de serviços urbanos ambientais por veículos elétricos”, no âmbito do Fundo Ambiental – Associação de conta bancária.**
 - 6. Deliberação n.º 199/17 – Proposta n.º 47/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidatura “Requalificação do Parque Escolar – 2.ª fase”, ao abrigo do Portugal 2020 – Associação de conta bancária.**
 - 7. Deliberação n.º 200/17 – Proposta n.º 48/2017 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Constituição de Fundo de Maneio para a Casa do Largo – Pousada da Juventude.**
 - 8. Deliberação n.º 201/17 – Proposta n.º 49/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Doação do lote de terreno n.º 56, sito em Praias do Sado, Freguesia do Sado.**
 - 9. Deliberação n.º 202/17 – Proposta n.º 50/2017 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Alteração de responsáveis do Fundo de maneio do DAAE.**
 - 10. Deliberação n.º 203/17 – Proposta n.º 51/2017 – DAFRH – Embarcação Maravilha do Sado – Tarifas.**
 - 11. Deliberação n.º 204/17 – Proposta n.º 01/2017 – SMPCB – Conferência Internacional Riscos, Segurança e Cidadania – Apoios.**



12. *Deliberação n.º 205/17 – Proposta n.º 14/2017 – DOM/SMHAB – Venda de habitação – Bairro da Bela Vista (PIS) – Rua do Forte da Bela Vista, 10 – D 16.*
 13. *Deliberação n.º 206/17 – Proposta n.º 15/2017 – DOM/SMHAB – Regulamento de Atribuição de Habitação Municipal de Setúbal.*
 14. *Deliberação n.º 207/17 – Proposta n.º 46/2017 – DAFRH/DIRH – Conselho de Coordenação da Avaliação da Câmara Municipal de Setúbal – Seção Autónoma para avaliação do pessoal não docente – quarta alteração à composição.*
 15. *Deliberação n.º 208/17 – Proposta n.º 88/2017 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.*
 16. *Deliberação n.º 209/17 – Proposta n.º 89/2017 – DCED/DISOC – “Bairro de São Domingos” – Apoio financeiro à intervenção comunitária e realização de filme, pelo Centro Social Paroquial de São Sebastião de Setúbal.*
 17. *Deliberação n.º 210/17 – Proposta n.º 90/2017 – DCED/DIEDU – Ação Social Escolar – Livros e Material Escolar – Ano Letivo 2016/2017.*
 18. *Deliberação n.º 211/17 – Proposta n.º 91/2017 – DCED/DIEDU – Clube de Ginástica de Portugal – apoio financeiro.*
 19. *Deliberação n.º 212/17 – Proposta n.º 92/2017 – DCED/DIDES – Final da Taça de Portugal de Rugby 2017 – preço de venda de bilhetes.*
 20. *Deliberação n.º 213/17 – Proposta n.º 93/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro à Federação de Andebol de Portugal – evento desportivo.*
 21. *Deliberação n.º 214/17 – Proposta n.º 94/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Amadores de Pesca de Setúbal – Open de Surfcasting.*
 22. *Deliberação n.º 215/17 – Proposta n.º 95/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Natação para a realização da “FINA HOSA – 10 Km Marathon Swimming World Cup 2017”.*
- C) *Período Destinado à Intervenção do Público.*

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 24 de maio de 2017

O Sr. Vice-Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta.

Passou a fazer parte dos trabalhos, o Sr. Vereador Fernando José.

2. Deliberação n.º 195/17 – Proposta n.º 13/2017 – GAP – Empreitada “Requalificação Urbana do Bairro dos Pescadores e Grito do Povo” – Ratificação de Despacho – Caducidade da Adjudicação – Abertura de Concurso Público Urgente

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 7 e 8.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Acho estranho mais ninguém falar sobre este processo, nomeadamente o Sr. Vereador Carlos Rabaçal e o Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes. Recordo que no dia 14 de dezembro a abertura deste concurso foi aprovada por unanimidade. Depois no dia 19 de abril estes processos, tal como outro, foram aprovados com uma abstenção, a minha. Na altura, e tenho aqui as atas à minha frente, mas podem ir vê-las, o Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes dizia: “Quería fazer uma contestação de voto por estupefação”, portanto ficou muito estupefacto, porque me abstive e perguntei porquê. Mais adiante o Sr. Vereador Carlos Rabaçal disse: “O Sr. Vereador não sabe ou faz que não sabe, estamos perante um concurso público e funcionou o mercado, apareceu quem apareceu e

esta empresa cumpre todos os critérios. Se inventássemos um problema qualquer de não adjudicar a esta empresa e ir ao encontro da vontade do Sr. Vereador, fazendo outro concurso, certamente teríamos de indemnizar a empresa e perdíamos o QREN porque todo o processo, entende-se, tem de ser entregue em maio. Estamos a brincar com o quê? Não seja incoerente.” O Sr. Vereador Carlos Rabaçal também disse para não ser irresponsável, etc... Pois digo-vos porque me abstive, aquela proposta e a do convento tinham apenas um concorrente. Numa só apareceu um e na outra acabou por ficar só um. A minha estupefação e a do Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes têm a ver com isto. Não digam coisas que eu não disse, porque disseram que eu votava contra tudo. Sou muito coerente com o que digo e não me abstenho por questões políticas, a adjudicação é da vossa responsabilidade e não tenho nada a opor, por isso façam-na como quiseram fazer, mas também disse e não se esqueçam do que vou ler: “Se eu fosse vereador deste pelouro não trazia aqui só uma proposta. Coisas deste valor têm de ter alternativa de escolha e não me parece que esta seja a melhor forma”. Portanto a minha irresponsabilidade e a vossa estupefação são isto, é agora voltarmos a este processo. Gostava que os Srs. Vereadores dissessem que afinal havia alguém que tinha razão. Não se esqueçam de maio, porque por essa altura já deveria estar concluído, pelo menos foram as palavras que nos disseram aqui.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – O Sr. Vereador não tem razão! É fácil ter razão quando as coisas não correram bem, mas diz-se sempre que não vai correr bem até que um dia não corre, mas foi por responsabilidade do empreiteiro. Expliquei na reunião em que isto foi debatido que estávamos a colocar em concurso as nossas obras com valores médios habituais e as empresas estavam a concorrer com valores muito acima dos que colocamos a concurso. Essa é uma das razões que determinou que para certas obras não aparecesse ninguém e temos de resolver essa situação, e para algumas só aparecesse um concorrente. Já nos apareceu só um em várias obras e correu bem e o Sr. Vereador não tem razão nenhuma, ou então tem razão sempre que corre mal. Neste momento houve uma prorrogação de prazo por parte do Programa “Portugal 2020”, o que foi bom para nós, relativamente também a outras candidaturas, o que nos permitiu fazer isto, mas mesmo assim não há tempo suficiente para fazer um concurso normal de novo, em que aliás vamos fazer para outra situação em que não apareceu ninguém. Dependendo da respetiva situação, da evolução da candidatura e dos prazos existentes, da complexidade da obra, etc... Conforme isto temos de adotar diferentes metodologias a partir do momento em que a obra é feita e tem apoios comunitários, é esse o objetivo.

Neste caso concreto houve uma situação aborrecida em que a empresa assumiu a obra e depois disse que não a faz pelo que vamos ter de lhes pedir uma indemnização, que é o que aconteceria à Câmara se não tivesse adjudicado a quem apresentou todas as condições. Isto são regras básicas e normais que temos de cumprir enquanto entidade pública junto dos privados que concorrem às obras que nós lançamos. Vamos tentar que em tempo útil este concurso público urgente, nos dê uma saída para executar a obra, senão perdemos mesmo os fundos e vamos ter de, nesse quadro, chamar “à pedra” as responsabilidades da empresa que nos colocou nessa situação. Já tivemos outras situações em que houve empresas que logo à partida disseram que não conseguiam e nem sequer assumiram a obra. Com essas empresas não houve nada, nem sequer adjudicação, mas com esta houve tudo, estava o processo completo. É este o quadro que temos, não há outro, não há nenhum drama e isto só não acontece a quem não faz obras, e não acontece a quem não tem de responder a certas propostas que vêm e a certos prazos comunitários. A solução aqui é esta e para outros casos tem sido a repetição de concursos, para outras é o ajuste direto... depende do tipo e andamento da obra, dos prazos, etc... O Sr. Vereador pode dizer todos os dias que vai chover e não chove, mas quando chove diz que tem razão e por isso não vale a pena.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – A minha estupefação já não é em relação à proposta, mas ao Sr. Vereador Luis Rodrigues enquanto representante político. Agora estou muito mais estupefacto, então o Sr. Vereador vem “encher o peito”, dizer que tinha razão e repetir uma

coisa que não se imagina que não compreendesse, que devíamos deitar abaixo um procedimento só porque vem um só concorrente. Não tem nenhuma noção de um procedimento de concurso público? Tem de ter! Então se o Sr. Vereador tivesse este pelouro ou fosse presidente de câmara faria isso? Deitava fora a lei, a norma e os procedimentos do concurso público? O que quer dizer com isso, que somos “uns patetas” porque respeitamos os procedimentos? A empresa num determinado passo do procedimento ficou fora do concurso, não apresentou documentos e não correspondeu, o Sr. Vereador poderia dizer, a posteriori, “que sorte que a Câmara teve porque aquilo podia correr mal”, mas assim é pura especulação, o procedimento é o que é. Está a insinuar que tinha razão, porque decidimos mal aquilo que não tinha uma decisão alternativa? O que é que está a acusar? A estupefação que tenho agora “é ao quadrado”, estou estupefacto com a sua decisão enquanto representante político pois não pode assumir funções em que quando lhe apetece olha para o lado e deita fora os procedimentos e a lei. Isto não pode ser! Cumpriu-se a lei e o desenvolvimento esteve de acordo com as regras da contratação pública, ou diga lá que não... Como é que tomava essas decisões que aconselhou sem deitar fora as regras da contratação pública? Faça o favor de explicar isso para que eu reduza um pouco a minha estupefação.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Agradeço as intervenções, finalmente os dois Srs. Vereadores falaram sobre o processo e achei muito interessante as duas, porque nenhum se referiu a questões políticas. Relembro aos Srs. Vereadores que quando levantei as questões do ponto de vista da gestão e do processo disseram que eu estava a tomar aquela posição por questões políticas e agora não disseram uma única vez nada sobre isso. Isso é que contesto, porque podiam ter dito na altura que temos de fazer isto por causa destas regras, mas se calhar eu tinha alguma razão nesta matéria, porque a Câmara ficou de “pés e mãos atadas”, tal como se pode constatar e porque só tinha aquela empresa. Se tivessem aceite as minhas razões podiam votar como quisesse, e nem votei contra, como sabem, mas na altura invocaram que estava a tomar aquela posição por questões políticas e agora não dizem nada sobre isso? Assim é muito difícil estarmos do mesmo lado, porque digo uma coisa e os Srs. Vereadores argumentam com questões políticas. Disse-lhes isso e agora o problema já não é político, mas técnico.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – As questões que está a levantar são mesmo políticas, porque o processo tem uma regra própria de funcionamento e está a andar, e mais, a Câmara não está de pés e mãos atadas, está a fazer um concurso urgente para resolver o problema. O Sr. Vereador seguramente é que está atado politicamente na sua cabeça.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Estamos a tentar remediar algumas coisas que estão mal, essa é que é a questão, estamos a tentar “arrepiar caminho” e mais nada.

Sr. Vice-Presidente – A proposta está em condições de ultrapassar esta situação e isso é que é muito importante e determinante neste momento, que se consiga abrir este concurso público com carácter de urgência e nos termos legais, e que a obra se venha a concluir sob pena de não a realizarmos sendo fundamental para aquela zona da cidade não perdermos a candidatura. Independentemente das razões, o que é um facto é que a Câmara cumpriu aquilo que diz a legislação sobre isto, ao ter um candidato que concorreu e apresentou propostas nos termos do caderno de encargos e da lei e que à última da hora entendeu que não tinha condições, que se tinha enganado, etc., portanto, estas coisas acontecem. “Só não se molha quem não anda à chuva” e estamos aqui todos os dias a trabalhar com processos destes e naturalmente que estas coisas vão acontecendo, mas quando há um candidato que cumpre, pelo menos até aquela altura, tudo o que a lei estabelece sobre esta matéria, como é que se anula um concurso porque há só um candidato? Não é possível fazê-lo. Independentemente do que cada um possa pensar sobre esta matéria há duas questões, cumprir aquilo que a legislação diz sobre isto e o cumprimento das coisas, o que não

aconteceu por parte do candidato. Cabe-nos agora encontrar, no quadro legal, a melhor forma de resolver este problema, que é fazer a recuperação urbana daqueles bairros do Viso, dos Pescadores e do Grito do Povo pois é fundamental para a cidade e em particular para os moradores.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Tenho uma questão que não é pelo processo em si, mas eventualmente por uma questão de gestão. Essa empresa tem mais alguma ligação com a Câmara, ou algum concurso, pois não sei como vai continuar a ser a relação. Não sei se uma empresa que faz isto tem outros contratos em vigor, porque a relação estará de facto muito inquinada, ou pelo menos na minha ótica estaria.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Cada contrato com uma empresa é um contrato, portanto não há castigos, a Câmara não pode instituir castigos. Só se fosse na Câmara do Sr. Vereador ou se ele fosse presidente. Há regras normais de relacionamento entre empresas e o município e essas são as regras da lei que temos de cumprir. Se o Sr. Vereador quer um castigo faça uma proposta para vir a reunião de câmara, para as empresas que falham nos concursos.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD/CDS.

3. **Deliberação n.º 196/17 – Proposta n.º 14/2017 – GAP – Protocolo com a Coral Europa para a realização de segunda temporada da série televisiva intitulada “Inspetor Max”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 9 e 10, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Deliberação n.º 197/17 – Proposta n.º 15/2017 – GAP – Ratificação do Acordo de Parceria “Rede de Cidades”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 11 e 12, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. **Deliberação n.º 198/17 – Proposta n.º 45/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidatura “Substituição de veículos de serviços urbanos ambientais por veículos elétricos”, no âmbito do Fundo Ambiental – Associação de conta bancária**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 13, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



6. **Deliberação n.º 199/17 – Proposta n.º 47/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidatura “Requalificação do Parque Escolar – 2.ª fase”, ao abrigo do Portugal 2020 – Associação de conta bancária**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 14, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. **Deliberação n.º 200/17 – Proposta n.º 48/2017 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Constituição de Fundo de Maneio para a Casa do Largo – Pousada da Juventude**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 15, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Deliberação n.º 201/17 – Proposta n.º 49/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Doação do lote de terreno n.º 56, sito em Praias do Sado, Freguesia do Sado**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 16 a 18, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. **Deliberação n.º 202/17 – Proposta n.º 50/2017 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Alteração de responsáveis do Fundo de maneio do DAAE**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 19, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. **Deliberação n.º 203/17 – Proposta n.º 51/2017 – DAFRH – Embarcação Maravilha do Sado – Tarifas**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 20, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. **Deliberação n.º 204/17 – Proposta n.º 01/2017 – SMPCB – Conferência Internacional Riscos, Segurança e Cidadania – Apoios**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 21 e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 205/17 – Proposta n.º 14/2017 – DOM/SMHAB – Venda de habitação – Bairro da Bela Vista (PIS) – Rua do Forte da Bela Vista, 10 – D 16

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 e 23, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 206/17 – Proposta n.º 15/2017 – DOM/SMHAB – Regulamento de Atribuição de Habitação Municipal de Setúbal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 e 25, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PSD/CDS e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

14. Deliberação n.º 207/17 – Proposta n.º 46/2017 – DAFRH/DIRH – Conselho de Coordenação da Avaliação da Câmara Municipal de Setúbal – Secção Autónoma para avaliação do pessoal não docente – quarta alteração à composição

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 a 29, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 208/17 – Proposta n.º 88/2017 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 209/17 – Proposta n.º 89/2017 – DCED/DISOC – “Bairro de São Domingos” – Apoio financeiro à intervenção comunitária e realização de filme, pelo Centro Social Paroquial de São Sebastião de Setúbal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 210/17 – Proposta n.º 90/2017 – DCED/DIEDU – Ação Social Escolar – Livros e Material Escolar – Ano Letivo 2016/2017

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 e 33, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



18. Deliberação n.º 211/17 – Proposta n.º 91/2017 – DCED/DIEDU – Clube de Ginástica de Portugal – apoio financeiro

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 34, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 212/17 – Proposta n.º 92/2017 – DCED/DIDES – Final da Taça de Portugal de Rugby 2017 – preço de venda de bilhetes

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 213/17 – Proposta n.º 93/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro à Federação de Andebol de Portugal – Evento desportivo

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 214/17 – Proposta n.º 94/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Amadores de Pesca de Setúbal – Open de Surfcasting

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 37, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 215/17 – Proposta n.º 95/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Natação para a realização da “FINA HOSA – 10 Km Marathon Swimming World Cup 2017”

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

B) Período destinado à intervenção do público

Sr. José dos Santos – Tenho uma vizinha que fez obras no seu terreno e quando chove inunda-me o meu espaço. Ela ligou a fossa à valeta da Câmara, arrombando-a, o que também resulta em prejuízo para os outros. Estiveram lá os fiscais e mandaram-me uma carta a dizer que eu é que tinha razão e não a vizinha. Venho pedir ajuda para saber como é que posso bombear a água para fora, pois não consigo fazê-lo, além de tudo colocou lá um muro, o que faz retenção de água e aquilo parece uma piscina.

Sr. Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

Sr. Vice-Presidente – O Sr. José dos Santos sabe que a fiscalização foi lá, avaliou a situação e concluiu que de acordo com o regulamento cada um dos proprietários tem de encontrar o encaminhamento das águas. Na sua propriedade cada proprietário tem de arranjar uma solução para as águas. Se o Sr. José dos Santos diz que o muro da vizinha é que criou esta situação e sente-se prejudicado isto não tem a ver com a Câmara, mas sim entre proprietários e é resolvido nos tribunais. A Câmara não pode interferir em assuntos particulares. Se o problema confinasse com um arruamento e o problema fosse aí, então era propriedade pública e a Câmara interviria. Tratando-se de águas pluviais e de um muro construído numa propriedade e que quando chove inunda são os proprietários que têm de encaminhar as águas. Se acha que está a ser prejudicado a única solução é recorrer ao tribunal. Se chegar à conclusão que o problema não é das águas da sua vizinha, mas das águas próprias do seu terreno que não têm escoamento terá de arranjar uma solução para isso. O que posso ver é se há um técnico camarário para ir lá e dar-lhe alguma explicação, de acordo com a sua experiência, mas é preciso ficar bem claro que a Câmara não pode intervir nestas situações.

O Sr. Vice-Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e catorze minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Vice-Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 05 de julho de 2017, por unanimidade, contém 15 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Vice-Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Manuel Cordeiro

Conferida por:
Ana Cristina Claro